



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

5731 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPED (2019)
GT24 - Educação e Arte

MOVIMENTOS E MOBILIZAÇÕES FRENTE ÀS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: REGISTROS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS DA FAEB E DAS ASSOCIAÇÕES NACIONAIS PARA O ENSINO DA ARTE

Fabiana Souto Lima Vidal - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

Ana Paula Abrahamian de Souza - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

MOVIMENTOS E MOBILIZAÇÕES FRENTE ÀS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: REGISTROS DE LUTAS E RESISTÊNCIAS DA FAEB E DAS ASSOCIAÇÕES NACIONAIS PARA O ENSINO DA ARTE

Resumo: O presente artigo tem como objetivo partilhar o conjunto de ações faebianas e seu diálogo com associações ligadas ao campo da Arte vividas nos últimos anos, mais especificamente, destacamos os processos de resistências e mobilizações em torno do debate acerca das políticas públicas educacionais para o ensino e a pesquisa no campo da Arte no Brasil. Ao historicizar e partilhar o vivido, deixamos demarcada a nossa tentativa de fortalecer o debate e a ampliação de ações para o (re)dimensionamento de políticas públicas educacionais que tratam o campo epistêmico da Arte/Educação, em suas diferentes linguagens - Artes Visuais, Dança, Música e Teatro - de forma compromissada com os processos artísticos, éticos e estéticos de ensinar e de aprender Arte em diferentes processos educativos, apontando para a necessidade de intensificar e encorajar novas/outras mobilizações para os/nos enfrentamentos em tempos de crise, silenciamentos e recrudescimento dos processos democráticos no campo educacional.

Palavras-chave: Arte/Educação. FAEB. Associações Nacionais. Políticas Educacionais.

Introdução

Não estamos sós. Não somos sós. Somos seres coletivos. Estamos sempre embrenhados em uma teia de alteridade que nos envolve e nos move. Nossa essência é uma coletividade de forças - materiais, sociais, invisíveis - em permanente rearranjo (PEREIRA, 2013, p. 187).

Ao longo de seus 30 anos de existência, a Federação de Arte/Educadores do Brasil (FAEB), revestida da ideia de coletividade apontada por Pereira (2013), tem se constituído enquanto um espaço de enfrentamentos, diálogos e produções, compartilhando os debates e lutas em prol das políticas públicas no campo da Educação e da Cultura com algumas associações, a saber, a Associação Nacional de Pesquisa em Artes Plásticas (ANPAP), a Associação Nacional de Pesquisadores em Dança (ANDA), a Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM), a Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas (ABRACE), a Rede de Educadores em Museus (REMs), entre outras instâncias, provocando um exercício de contaminação de um chão comum para as relações do ensinar e do aprender arte.

No recorte temporal escolhido, destacamos as ações intensificadas entre 2014 e 2018, anos marcados pelos debates em torno do documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), proposto pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação - SEB/MEC, dos debates em torno do Programa Nacional de Bolsas de Iniciação à Docência - PIBID, da Reforma do Ensino Médio, da formulação das Diretrizes Nacionais Curriculares para a Formação do Magistério da Educação Básica, além da alteração no ano de 2016, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394[1], de 20 de dezembro de 1996.

Atualmente estamos engajados/as no debate sobre o futuro das políticas públicas no campo da Arte e do seu ensino nos diferentes espaços, para que as Artes Visuais, a Dança, a Música e o Teatro sejam tratados enquanto componentes curriculares específicos que compõem o campo da Arte, portanto, com modos de ensinar e aprender diferenciados e que não podem ser tratados pelo viés da polivalência, entendimento que ainda persiste no campo das práticas escolarizadas e não-escolarizadas, e na produção de políticas curriculares, além de estarmos atentos/as aos movimentos que tentam cercear as práticas docentes e as liberdades artísticas de expressão, em um esforço contínuo de silenciamento do campo da Arte e da Cultura. Sobre esse olhar atento e vigilante necessário ao tempo atual, Silva e Richter (2018, p. 376, grifos nossos) ressaltam:

[...] em um contexto no qual presenciamos de forma recorrente, manifestações, políticas e práticas que constituem-se em verdadeiros acintes à histórica luta em prol da dignidade e valorização dos profissionais da educação. Com efeito, na conjuntura brasileira atual, em que medidas e programas propostos pela esfera governamental fragilizam a esfera pública em diferentes perspectivas, somos instados a contribuir para fomentar debates e reflexões sobre as múltiplas dimensões que constituem os processos de formação dos profissionais da educação [e aqui acrescentamos, de modo mais específico, dos/as profissionais do campo da Arte/Educação].

Partindo da reflexão supracitada, adentramos nas memórias da FAEB, que em seu contínuo processo de resistência, vem liderando lutas em favor da obrigatoriedade da arte na educação formal, bem como sua presença nos processos

informais e não-formais de ensino e de aprendizagem, mobilizando arte/educadores/as da área das Artes Visuais, da Dança, da Música e do Teatro, em diferentes frentes de trabalho. Para tanto, buscamos nos relatos dos processos vividos e registrados em boletins, notas de repúdio, manifestos, cartas, ofícios e demais documentos produzidos pela FAEB ao longo do período[2], com a finalidade de registrar as ações realizadas nos últimos anos, ressaltando a potência da capacidade associativa dos Arte/Educadores no Brasil, que tem operado traçando “mapas e redes” de corresponsabilidade entre as políticas curriculares educacionais para o ensino da Arte, incidindo sobremaneira nos marcos de luta e de resistência no campo da Arte/Educação.

A Federação de Arte/Educadores do Brasil: história de lutas e enfrentamentos em torno das políticas públicas

Desde a década de 1970 o ensino da Arte tem se constituído em um campo de tensões e questões socialmente problematizadas (AZEVEDO, 1997) que passam a mobilizar um conjunto de discussões políticas e conceituais sobre o ensino da Arte, sobretudo a partir dos anos de 1980 e 1990 (AZEVEDO, 2002; BARBOSA, 2005, 2002, 1998; RICHTER, 2002).

Nesse contexto, surge a FAEB, que passa a se engajar em uma agenda contínua de lutas em diferentes planos, a partir de 1987, quando passou a se constituir na primeira entidade civil voltada para a pesquisa e o ensino das áreas artísticas em âmbito nacional, congregando diferentes associações e mais recentemente, expandindo-se a partir de uma rede de representantes estaduais[3] em todas as regiões do país, com profissionais vinculados/as às redes de Educação Municipal, Estadual, Universidades e Institutos Federais, além de professores/as, artistas e pesquisadores/as que atuam em contextos de educação não-formal e informal.

A partir do exposto, inferimos que a história das políticas públicas educacionais para o ensino da Arte no Brasil confunde-se com a própria história da FAEB, como nos fala a professora Ana Luiza Ruschel Nunes:

As políticas públicas e o ensino das artes no país, nascem também em encontros, seminários e congressos, municipais, estaduais, latino-americanos e internacionais de maior abrangência. Culminaram em diferentes processos já iniciados com a Carta Protesto de Brasília e o documento síntese que foi encaminhado à Comissão de Educação, Cultura e Desportos, e chegaram em 1987 à Constituinte. Em 1988, em Brasília, o I Congresso da FAEB elaborou um documento com uma Moção que foi encaminhada ao V Congresso Brasileiro de Educação - CBE, que, em plenária, aprovou a moção que garantiu o conhecimento da Arte e seu espaço na Educação Básica na então nova LDBN n. 9.394/96/1996 umas das grandes conquistas dos arte/educadores (NUNES, 2018. p. 8).

No âmbito das articulações e das relações internacionais, a FAEB representa o Brasil junto ao Conselho Latino Americano de Educação pela Arte (CLEA), a International Society for Education through Art (InSEA) e também junto à Organização Ibero-americana de Educação pela Arte (OIE). Dialoga, assim, com uma rede de entidades que almejam o fortalecimento da criação artística e o acesso à cultura.

Os cenários de lutas e vigílias sempre foram uma constante na Federação em suas diferentes diretorias, seja dialogando junto a parlamentares, a exemplo da constituinte de 1988, seja questionando o Conselho Nacional de Educação (CNE) no momento da elaboração das diretrizes para o ensino superior e para a educação básica, entre várias outras frentes, conforme podemos perceber no excerto a seguir:

Durante a Assembleia Constituinte de 1988, os arte-educadores se posicionaram a favor das liberdades democráticas e pelo direito à educação e à cultura. Na década seguinte o movimento faebiano exerceu pressão sobre o Congresso Nacional durante o processo de discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96, que consolidou a presença da arte como componente curricular obrigatório na educação básica. A FAEB se fez presente na interlocução junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE) no momento da elaboração das diretrizes para o ensino superior e para a educação básica. Em 2010, a FAEB reivindicou a inclusão dos conteúdos de arte na matriz do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP - voltada para a seleção de docentes para a educação básica (trecho retirado da apresentação institucional da FAEB, s/d)[4].

Outro importante marco de luta da FAEB foi o intermitente trabalho junto as instâncias públicas do legislativo na tramitação da alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN 9.394/96 que em seu Art. 26, §2º estabelecia que “O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. Como podemos observar, este parágrafo não definia as áreas de conhecimento a serem trabalhadas no currículo. Em 2014, a diretoria vigente da FAEB[5], encaminhou ofício e fez pressão para garantir a alteração do §2º e §6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 do Projeto de Lei nº 7.032, de 2010 - Apenso PL Nº4, de 2011, fixando a obrigatoriedade das Artes Visuais, da Dança, da Música e do Teatro nas diretrizes e bases da educação nacional, em substituição ao termo “Arte”. Este apenso foi aprovado e sancionado pela então presidenta, Dilma Rousseff, em 2 de maio de 2016.

Assim, a Lei nº 13.278/16 alterou o referido parágrafo, determinando as Artes Visuais, a Dança, a Música e o Teatro como linguagens obrigatórias que constituem o componente curricular Arte na Educação Básica. Além disso, estabeleceu um prazo de cinco anos para que “os sistemas de ensino implantem as mudanças decorrentes desta Lei, incluída a necessária e adequada formação dos respectivos professores em número suficiente para atuar na educação básica” (BRASIL, 2016).

Sobre a lei supracitada, mais recentemente, a FAEB vem se deparando com orientações e proposições de universidades privadas que, pautados por uma interpretação equivocada e/ou tendenciosa da lei, vêm progressivamente oferecendo licenciaturas polivalentes no campo da Arte. Desse modo, a FAEB vem buscando pensar ações coletivas junto a diferentes instâncias, no sentido de propor a revogação e anulação dos referidos cursos superiores, uma vez que estes negam as especificidades das licenciaturas específicas nas linguagens artísticas e os debates contemporâneos do campo

da Arte/Educação, subvertem o texto da lei e apontam para um modelo de formação que já foi marcado historicamente, culminando em um retrocesso no campo.

Na continuidade das ações empreendidas, faz-se necessário destacar o trabalho de mapeamento das produções científicas e relatos de experiências dos/das professores/as, artistas e acadêmicos/as nos diferentes processos educativos, configurados na produção dos anais dos Congressos Nacionais da Federação – ConFAEBs e realizado na gestão 2015-2016, vejamos:

[...] buscou junto a presidentes, ex-presidentes, conselheiros e representantes associados da FAEB, mapeando, catalogando e editando os anais, disponibilizados em 2016 no site da FAEB (www.faebr.com.br). Com aproximadamente mais de 3.000 (três mil) publicações, dentre as quais destacam-se aqui o tema das Políticas Públicas da Educação e o ensino das Artes Visuais, Dança, Música e Teatro, que são recorrentes em relação aos diferentes contextos históricos das mudanças das políticas públicas sociais (NUNES, 2018, p. 9).

Nos últimos anos, as incidentes ameaças da esfera governamental visando a dissolução e a negação das conquistas adquiridas no campo da Arte/Educação, muitas delas ocorridas por meio de alterações legislativas, decretadas por Medidas Provisórias (MP), tem tentado silenciar a obrigatoriedade do ensino da Arte na Educação Básica, levando com que a FAEB mobilizasse entidades representativas dos/as profissionais da Arte e da Arte/Educação.

[...] estes grupos, como frentes para discussões, reivindicações e criação de ganhos e de trabalhos coletivos, organizaram e formalizaram processos, procedimentos, estratégias e técnicas de difusão, ampliação, defesa, legitimação e construção dos conhecimentos específicos, na articulação e no diálogo com as instâncias de políticas públicas, instituições, organizações e demais entidades de classe, nacionais e internacionais, em ações individualizadas e conjuntas (FERNANDES, 2018, p. 71).

A seguir, elencaremos algumas das mobilizações, tessituras de ações e provocações realizadas pela FAEB em torno das políticas públicas no campo da Arte, da Educação e da Cultura, nos fazendo valer de Lucimar Bello Frange, para falar do com/PAR/trilhamento destas ações, juntamente com a ANPAP, a ANDA, a ABEM e a ABRACE, instâncias representativas do campo da Arte.

A FAEB e as Associações de Pesquisa e Ensino da Arte: das ideias com/PAR/trilhadas, das ações conjuntas e vigílias cívicas em *continuum*

Nos últimos anos, a FAEB tem intensificado e compartilhado os debates e lutas em prol das políticas públicas na Educação e na Cultura, para tanto, deu início a um movimento de ações e união das associações e instâncias representativas, dentre as quais destacamos a Mesa Redonda, mediada pela Profa. Dra. Ana Luísa Ruschel Nunes – UEPG/PR, em 2014, durante o XXIV CONFAEB, ocorrido em Ponta Grossa – PR, e que teve como tema central “Associações de Arte/Educadores do Brasil – Artes Visuais, Dança, Música, Teatro: metamorfoses das políticas públicas, formação e atuação na educação básica”.

A referida mesa contou com participação de representações das instâncias como, a Profa. Dra. Lúcia Gouvêa Pimentel – UFMG/MG, vice presidente da ANPAP, abordando o tema “Políticas Públicas para o campo do ensino das Artes Visuais na Educação Básica: contribuições e metamorfoses da Associação Nacional dos Pesquisadores em Artes Plásticas (ANPAP)”; com a Profa. Dra. Márcia Maria Strazzacappa Hernández – UNICAMP/SP, coordenadora do GT Educação e Arte da Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação (ANPED), com o tema “Formação de Professores de Dança e a Educação Básica: realidades, caminhos e transformações diante das políticas públicas”; o Prof. Dr. Luís Ricardo Silva Queiróz – UFPB/PB, presidente da ABEM, discutiu o tema “Políticas Públicas para o ensino de Música na Educação Básica: conquistas, avanços e perspectivas futuras da Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM)”; o Prof. Dr. Narciso Laranjeira Telles da Silva – UFU/MG, presidente da ABRACE, discutiu o tema “O papel da Associação de Pesquisadores em Artes Cênicas (ABRACE): narrativas e metamorfoses diante das políticas públicas” e a Profa. Dra. Maria das Vitórias Negreiros do Amaral – UFPE/PE e presidente da FAEB, apresentou o tema “FAEB e políticas públicas para a formação de professores das Artes e atuação na Educação Básica: organização, conquistas e avanços dos arte/educadores do Brasil”.

Em síntese, tomamos a contribuição de Pimentel (2014) quando, a partir da instituição que representa, mas que pode ser estendida para as demais instâncias representativas, considerando as especificidades das linguagens artísticas, propõe a seguinte questão: “Em que medida a ANPAP contribui ou pode contribuir para as políticas públicas no campo do ensino/aprendizagem das Artes Visuais na Educação Básica?”. Ao pensar possíveis respostas, em suas reflexões, a autora se aproxima do movimento que vem sendo tomado pela FAEB, uma vez sugere que estas contribuições podem acontecer a partir da integração, articulação e apoio das/nas lutas pelas causas comuns (PIMENTEL, 2014, p. 150).

Vale destacar que, ainda dentro da programação do evento, realizou-se o “I Fórum de coordenadores das Licenciaturas em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro/Artes Cênicas do Brasil”, aberto aos/as coordenadores/as das Universidades, Faculdades, Institutos e Cursos em EaD, federais, estaduais, particulares e comunitárias.

Em novembro de 2015, comemorando 25 anos, realiza-se em Fortaleza – CE, o XXV CONFAEB com a temática “Políticas Públicas e Ensino das Artes: formação em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro”. Dentre os debates importantes em torno da temática, destacamos a conferência dada pela Profa. Dra. Ana Mae Barbosa, que teve como título “Políticas Públicas para o Ensino da Arte no Brasil: o perde e ganha das lutas”, na ocasião, a pesquisadora apresenta com seu olhar para a historicidade, a visão crítica sobre a compreensão de que políticas públicas podem validar ou silenciar o campo da

Arte na Educação e, no caso específico da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), alerta para o panorama mercadológico, técnico, acrítico e neoliberal que marca a agenda de trabalho instituída por esta política pública (BARBOSA, 2015).

Os anos de 2015 e 2016 foram bastante significativos para a pauta conjunta de lutas das Associações no campo educacional, com a publicação da primeira versão da BNCC. Prevista na Lei nº 13.005/14, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE), 2014-2024, a BNCC teve como prazo o mês de junho de 2016 para ser elaborada e encaminhada ao CNE. No entanto, somente no final de 2015 foi posta em “debate” nacional. Sobre a primeira versão desse documento o Boletim 2016 da FAEB esclarece:

A primeira versão do documento (proposta preliminar), realizada “a toque de caixa”, teve dois tempos de consulta pública na plataforma digital, sendo o segundo tempo (até 15 de março de 2016) concomitante com a reescrita da segunda versão, a partir das sugestões já enviadas de 16 de setembro a 15 de dezembro de 2015; processo fragmentado de contribuições, adequações e ajustes (BOLETIM FAEB, 2016).

Diante do exposto, não podemos nos furtar de ressaltar que o caráter democrático e a abertura para o debate, pressuposto defendido e amplamente divulgado para a proposição desse documento, de fato não se estabeleceu e a composição da BNCC, ainda que aberta à consulta pública, não apresentou clareza quanto às contribuições deixadas pelos/as professores/as.

Ainda segundo o boletim produzido em 2016, a FAEB debruçou-se sobre o documento da BNCC, no componente Arte, identificando “lacunas, inconsistências, problemas e falhas” que precisavam ser retificados, além das dissonâncias que em nada refletiam as conquistas históricas no campo da Arte/Educação. Os esforços empreendidos voltaram-se para a organização de leituras, análises e discussões sobre as muitas questões envolvidas, particularmente sobre as contradições do componente Arte alocado na Área de Linguagens.

Foram muitas as contribuições, amplas as discussões e profundas as análises e reflexões. Das centenas de e-mails trocados pela diretoria e sócios até as tratativas no XXV Confaeb (Congresso da Federação de Arte-Educadores do Brasil), passando pelo grupo fechado do Facebook FAEB/BNCC, inaugurado em 28/09 para fomentar o material para a mesa do Confaeb sobre o tema. O processo subsidiou a visão e mobilizou a FAEB a considerar as limitações da ferramenta de consulta e a solicitar ao Ministério da Educação participação na forma de construção coletiva do texto da BNCC para a Arte na sua versão definitiva (BOLETIM FAEB, 2016).

O primeiro documento produzido em conjunto com as Associações, o ofício 06/2015/FAEB de 30/11, foi protocolado no MEC no dia 11/12, dirigido ao Ministério da Educação, à Secretaria da Educação Básica, à Diretoria de Currículos e Educação Integral, à Comissão Bicameral da BNCC e à equipe de especialistas da Área de Arte da BNCC, assinado pela presidenta da FAEB e pelos presidentes das quatro associações de arte e ensino: ABEM, ABRACE, ANDA e ANPAP.



Imagem 1: Reunião preliminar das diretorias da FAEB, ANPAP, ANDA, ABEM, ANPAP e ABRACE, em 18/02/2016.



Imagem 2: Primeira reunião no MEC/SEB, em 18/02/2016.

Fonte: Acervo da FAEB

Em síntese, os documentos produzidos observaram os princípios das Artes Visuais, da Dança, da Música e do Teatro, repudiou a utilização do termo subcomponente e indicou a área específica de Arte para os quatro componentes serem devidamente considerados na epistemologia das linguagens, como conhecimento e em seus aspectos sociopolíticos, históricos e culturais. Das tratativas iniciais à produção do documento assinado pelas associações, o termo “subcomponente” foi retirado do texto da segunda versão da BNCC.

Essa foi uma primeira vitória diante da primeira versão da BNCC. Portanto, a partir do Ofício 06/2015 e na reunião na SEB/MEC, ao ser indagado pela presidenta da FAEB, o assessor da área da Arte, ao escutar mais uma vez a reivindicação reconheceu o lapso dos especialistas em colocar o termo subcomponente. [...] Nessa direção, na segunda versão, aparece não mais a denominação subcomponente e sim, componente curricular em Artes Visuais, componente curricular em Dança, componente curricular em Música e componente curricular em Teatro (BOLETIM FAEB, 2016).



Imagens 3 e 4.

Fonte: Acervo da FAEB^[6]

Imagem 5: 07/04/2016 - Reunião MEC-SEB com os especialistas

Fonte: Acervo FAEB

Imagens 6 e 7: 06/04/2016^[7]

Fonte: Acervo da FAEB

Os encontros posteriores foram importantes para a criação de uma agenda de debates e estreitamento do diálogo entre a FAEB, a ANPAP, a ANDA, a ABEM e a ABRACE, a exemplo do encontro convocado pelo MINC/SEFAC, que teve a finalidade do debate com as Instituições Federais de Ensino Superior para propor estratégias de fortalecimento no campo das artes e da cultura, no âmbito da atuação do Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura e para definição de estratégias sobre a implementação da Lei nº 13.278/2016, que inclui a obrigatoriedade das linguagens das Artes Visuais, da Dança, da Música e do Teatro no currículo da Educação Básica. O momento das discussões sobre a Lei colocou a FAEB no centro do debate e polemizou, no âmbito das políticas da cultura no país, a formação do professor de Arte, sua regulamentação e pertinência para mediar ações culturais, relacionado ao papel do artista na sociedade.

Na oportunidade, a FAEB pode observar os desafios e as dificuldades ligadas ao preconceito da arte na Academia ser vista legitimamente dialogando com as ações culturais que acontecem nas comunidades Brasil afora. Também foi possível reconhecer desafios no processo de implantação da Lei nos Estados e Instituições de Ensino Superior (IES), por incompreensão acerca do campo da Arte com as especificidades das linguagens como campos de conhecimentos específicos, por computarem gastos na adequação destes campos, enquanto componentes curriculares que compõem os currículos e por falta de debate sobre a Arte na educação em geral e na cultura. Concomitantemente, a maioria dos representantes das IES reuniu-se para discutir estratégias para o Fórum Nacional de Formação e Inovação.

Imagem 9^[8]

Fonte: Acervo da FAEB

Ainda em 2016, ano marcado pelo debate sobre a BNCC e pela alteração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no congresso anual da FAEB, XXVI CONFAEB, realizado na cidade de Boa Vista - RR, com a temática “Políticas Públicas e Ensino da Arte: processos educativos em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro”, aconteceu a mesa intitulada “Ensino de Arte na América Latina” com a professora Malvina Tuttman, Professora Titular da UNIRIO, e conselheira do Conselho Nacional de Educação - CNE, que, em sua fala, debateu a importância das demandas das Associações de pesquisa e ensino no campo da Arte para o compartilhamento de ações nas/para as políticas públicas educacionais, a exemplo da BNCC.

Um dos marcos para a produção de uma agenda conjunta das Associações de pesquisa e ensino de arte deu-se pelo convite das Professoras Dulce Aquino para a composição de um Grupo de Trabalho no Simpósio Internacional Arte na Educação Básica, ocorrido em dezembro de 2017, na Universidade Federal da Bahia - UFBA. A FAEB foi representada pela Prof. Dra. Ana Paula Abrahamian de Souza, a ANDA foi representada pelos Professores Alexandre Molina e Elonora Mota, a ABRACE foi representada pelo Prof. Marcílio Vieira e Professor Robson Hadernchpek, a ANPAP foi representada pelas Professoras Dra. Maria Cristina da Rosa da Fonseca da Silva e Carmem Moreira e a ABEM foi representada pelos Professores Luis Ricardo Queiroz e Marcus Medeiros. Estiveram presentes também a Professora Kathia Godoy, a professora Sônia Regina Albano e o professor Claudio Cajaíba. Esse grupo de trabalho ganhou destaque para o fortalecimento das agendas de trabalho conjunta ao encaminhar que, em todos os congressos e encontros anuais ou bianuais das Associações, seria aberto um espaço, via mesa redonda ou grupo de trabalho, para o encontro e diálogo para a FAEB, a ANPAP, a ANDA, a ABEM e a ABRACE.



Imagem 7: Grupo de Trabalho das Associações no Simpósio Nacional Arte na Educação Básica.

Fonte: Acervo da FAEB

Fruto desse compromisso firmado, a FAEB promoveu em 2018 entre as instâncias representativas, durante o XXVIII Congresso da Federação de Arte/Educadores do Brasil, ocorrido de 06 a 09 de novembro de 2018, em Brasília, evento que, movido pelo mote deixado pela Profa. Dra. Isabela Frade, “Em águas de peixes grandes é necessário ser cardume”, abriu caminho para a temática central do evento “CONFAEB 30 ANOS: ações políticas de/para enfrentamentos, resistências e recriações”, por entender que em tempos de enfrentamentos políticos, de censuras à Arte e de tentativas de silenciamentos, a importância e urgência de pensar as políticas no/para o campo da Arte/Educação na/para a coletividade, considerando as especificidades das Artes Visuais, da Dança, da Música e do Teatro. Dessa vez, o encontro mobilizou as Associações de Ensino e de Pesquisa em Arte para ampliação dos debates acerca das políticas públicas educacionais para o ensino e para a pesquisa no campo da Arte no Brasil, deu-se na Mesa “Conexões entre as associações e as políticas educacionais”, mediada pela Profa. Dra. Ana Paula Abrahamian de Souza - UFRPE/PE e contou com a participação da ANPAP, ANDA, ABEM e da ABRACE, representadas respectivamente pelo Prof. Dr. Marcílio de Sousa Vieira, Profa. Dra. Eleonora Santos Mota - UFPEL, Prof. Dr. Robson Xavier - UFPP, Prof. Dr. Marcus Vinícius Pereira - UFJF.

Consideramos importante destacar que a mesa aconteceu poucos dias após o resultado das eleições e, movidos/as pela imagem da tatuadora mineira, Thereza Nardelli, que viralizou na época com a *hashtag*, a mesa também seguiu o mote “Ninguém solta a mão de ninguém”.



Imagem 8: Encerramento da Mesa das Associações – XXVIII CONFAEB, novembro de 2018 em Brasília.

Fonte: Acervo da FAEB

Finalizamos esse texto com o sentimento de que os últimos anos foram potentes para a promoção de agendas conjuntas entre as associações, que caminham e lutam em diferentes campos e especificidades, e que já entendem que pautas comuns entre os atores envolvidos em cada especificidade precisam ser debatidas e fortalecidas num conjunto de ações sistematizadas e profissionalmente constituídas. Se avançamos em muitas questões, tais como ampliação do quadro de professores/as com formação específica, com a qualificação com a pós-graduação, por outro lado, continuamos enfrentando retrocessos em relação a conquista das questões da diversidade e gênero na educação, liberdades de manifestações artísticas, etc. A luta continua....e que ninguém soltará a mão de ninguém!

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando A. G. Multiculturalidade e um fenômeno da História da Arte/Educação Especial. In: BARBOSA, Ana Mae (org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 1997.

BARBOSA, Ana Mae. **Tópicos Utópicos**. Belo Horizonte: C/Arte, 1998.

_____. **Arte-Educação: Leitura no subsolo**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Políticas públicas para o ensino da Arte no Brasil: o perde e ganha das lutas. **Anais do XXV CONFAEB - Políticas Públicas e Ensino das Artes: formação em Artes Visuais, Dança, Música e Teatro**. In: LIMA, J. M. A. X; SOUZA, M. L. M. (orgs.). Ed.: Proaudio Gravação e Produção de discos Ltda. Fortaleza – CE, 2015.

BARBOSA, Ana Mae (org.). **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - **Lei nº 13.278, de 02 de maio de 2016**. Altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte. Brasília: MEC, 2016.

FERNANDES, Sônia Regina. A luta pela não sujeição e a busca do empoderamento de professores da arte no Brasil do século XXI. In: SILVA, Ivete Souza, MENDES, Jerfferson e LUGE, Vinicius. **Políticas públicas e o ensino da arte: processos educativos em artes visuais, dança, música e teatro**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

PEREIRA, Marcos Villela. **A estética da professoralidade: um estudo crítico sobre a formação do professor**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2013.

PIMENTEL, Lúcia Gouvêa. Políticas públicas para o campo do ensino/aprendizagem das Artes Visuais na educação básica: contribuições da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas - ANPAP. **Anais do XXIV CONFAEB Arte-Educação Contemporânea: metamorfoses e narrativas do ensinar/aprender**. In: Ana Luiza Ruschel Nunes (Org.). Ed. EdUEPG. Ponta Grossa – PR, 2014.

RICHTER, Ivone Mendes. Multiculturalidade e interdisciplinaridade. In: BARBOSA, A. M. **Inquietações e mudanças no ensino da arte**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Maria Vieira; RICHTER Leonice Matilde. Editorial. In: **Revista Educação e Políticas em Debate** – v. 7, n. 3, p. 376-377, set./dez. 2018.

NUNES, Ana Luiza Ruschel. Prefácio. In: SILVA, Ivete Souza, MENDES, Jerfferson e LUGE, Vinicius. **Políticas públicas e o ensino da arte: processos educativos em artes visuais, dança, música e teatro**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2018.

[1] A Lei 13.278/2016 altera a LDBN 9.394/96, Art. 1º O § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação: As artes visuais, a dança, a música e o teatro são as linguagens que constituirão o componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. Art. 2º. O prazo para que os sistemas de ensino implementem as mudanças decorrentes desta Lei, incluída a necessária e adequada formação dos respectivos professores em número suficiente para atuar na educação básica, é de cinco anos.

[2] Todas as cartas, manifestos, boletins e demais documentos produzidos ou assinados pela FAEB são de domínio público e podem ser acessados pelo endereço eletrônico <https://www.faebr.com.br/>

[3] Sobre a Rede de Representantes, história e representações no Brasil, consultar o Boletim da FAEB, ano 2, número 2, publicado em Abril/2019, no site: https://www.flipsnack.com/boletimfaeb/boletim-faeb_abril.html?fbclid=IwAR1AtowQoc1VvrirRnyLIY6itDbamK0xD-hxihucWT9Z0WrKu5DRGDL1F0

[4] Fonte: www.faebr.com.br, acesso em 14 de fevereiro de 2019.

[5] Leia-se aqui o trabalho incansável da Prof. Dra. Maria das Vitória Negreiros do Amaral, presidente da FAEB no biênio 2013-2014.

[6] Registros da reunião convocada pelo MINC em 29/03/2016. Na convocação do Ministério da Cultura (MINC), da Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (Sefac): Vanessa Louise e Adriana Sacramento, Diretoras Carla Dozzi e Juana Nunes, com a presidenta da FAEB, Profa. Dra. Ana Luiza Ruschel Nunes e das diretoras professoras Lêda Guimarães e Sonia Regina Fernandes e representantes da ANPAP, ANDA, ABEM, ABRACE e Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema (SOCINE) e Ítalo Dutra do MEC-SEB.

[7] Registro da convocação do Ministério da Cultura (MINC) e do Ministério da Educação (MEC) da Secretaria de Educação Básica (SEB): Com Prof. Ítalo Dutra, Profa. Carla Dozzi, Profa. Juana Nunes, Vanessa Louise e diretorias da FAEB, ABEM, ABRACE, ANDA e ANPAP, o CNE com os conselheiros: Profa. Dra. Malvina Tânia Tuttman, Prof. Dr. Luiz Roberto Alves e Prof. Dr. Ivan Cláudio Pereira Siqueira (Presidente da Câmara da Educação do CNE).

[8] Registro fotográfico realizado em 05/05/2016, convocação do Ministério da Cultura (MINC), da Secretaria de Educação e Formação Artística e Cultural (Sefac) por: Vanessa Louise e Adriana Sacramento, Diretoras: Carla Dozzi e Juana Nunes. Encontro com a FAEB (A presidenta Profa. Dra. Ana Luiza Ruschel Nunes e, da Diretoria, as professoras Ana Paula Abrahamian, Sonia Regina Fernandes e Sonia Vasconcellos e representantes da ABEM, ABRACE, ANDA, ANPAP e reitores, pró-reitores de extensão das Instituições Federais de Ensino Superior, os coordenadores de Planos de Cultura contemplados no Mais Cultura nas Universidades, Pontos de Cultura, membros dos Comitês Territoriais de Educação Integral e de Organizações e Entidades da classe artística e cultural, gestores das representações regionais e coordenadores das áreas de Dança e Teatro do Centro de Artes Cênicas da Funarte, e coordenadores do Programa Mais Cultura nas Escolas.